



Quando a “questão da mulher” é bem colocada

Quando la “questione della donna” è ben discussa

Clodovis Boff

Doutor em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina (ULF), professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: osmcwb@brturbo.com.br

Resumo

O artigo apresenta uma síntese composta de dez pontos sobre a Conferência proferida por Angela Ales Bello no X Congresso de Teologia da PUCPR, Curitiba. A conferencista Angela fez uma abordagem antropológico-filosófica *comme il faut* em relação à questão do feminino. O artigo traça comentários sobre a exposição que a conferencista faz do percurso histórico do movimento feminista e do pensamento de Edith Stein sobre a mulher.

Palavras-chave: Mulher. Movimento feminista. Angela Ales Bello. Edith Stein. feminino e masculino.

Riassunto

L'articolo presenta una sintesi composta di dieci punti sulla Conferenza tenuta da Angela Ales Bello al X Congresso di Teologia PUCPR / Curitiba. L'oratrice Angela ha fatto un approccio antropológico-filosofico 'comme il faut' in relazione alla questione

del femminile. L'articolo commenta l'esposizione che il docente ha fatto circa la storia del movimento femminista e del pensiero di Edith Stein sulle donne.

Parole-chiave: *Le Donne. Movimento femminista. Angela Ales Bello. Edith Stein. Feminile e maschile.*

No dia 3 de outubro de 2011, durante o X Congresso de Teologia da PUCPR, Curitiba, Angela Ales Bello, professora no “Lateranum” (Roma) e membro da Comissão Teológica Internacional (é seu único membro como mulher e leiga), fez uma conferência sobre a “questão da mulher” segundo o pensamento de Edith Stein, pensadora de que é especialista.

Foi uma exposição rigorosa, teoricamente bem articulada e solidamente fundamentada. A professora Angela fez uma abordagem *comme il faut* em relação à questão do feminino. Com sua competência intelectual, ela trouxe uma surpreendente clarificação a essa delicada questão, sobretudo do ponto de vista antropológico-filosófico. Tal clarificação é tanto mais necessária hoje quanto mais a referida questão se vê envolvida pela fumaceira cultural de uma nova sofística, que, longe de criar mais luz e mais adesão à causa da mulher, suscita, antes, divisão e até antipatia.

Faço em seguida uma síntese pessoal em dez pontos da exposição de Ales Bello (2009) sobre o pensamento de Edith Stein a respeito da mulher. O que digo aqui é, substancialmente, ora de uma, ora de outra filósofa, mas assumo tudo como coisa minha, e isso por minha conta e risco.

Raízes bíblicas do movimento feminista moderno

Como mostram os estudos de G. Duby e M. Perrot (*História das mulheres no Ocidente*, já no 4º vol.), o processo moderno de libertação da mulher se iniciou entre as comunidades cristãs, de tradição calvinista, nas colônias da Nova Inglaterra (atual EUA), já a partir do século XVII. Assim começou o movimento de emancipação da mulher, que passou, em seguida,

para a Europa, especificamente para a Inglaterra, depois para a Alemanha e França, tendo penetrado também no interior da Igreja Católica.

O fato é que a leitura direta da Bíblia, praticada nas referidas comunidades calvinistas, inclusive por mulheres, levaram estas à ideia de participação de todos, não só na vida eclesial, mas também na vida social e política. De fato, textos como o do encontro de Jesus com a Samaritana contêm tal alcance revolucionário que não podiam deixar de questionar a milenar submissão da mulher ao homem.

Como se deduz, a consciência da dignidade espiritual das mulheres, igual a dos homens, foi gerando aplicações concretas na esfera pública, na forma, por exemplo, da luta das mulheres pelo direito de voto e pela entrada das mesmas no mundo do trabalho e da cultura formal.

Essa história mostra que o Cristianismo foi, como nenhuma outra religião, promotor da dignidade da mulher, como, de resto, o foi em relação a muitas outras categorias de oprimidos. Contudo, também por falta de compreensão das próprias igrejas, o movimento feminista se desligou de suas raízes cristãs e se laicizou. Recentemente, porém, há um movimento crescente de retomada dessas raízes, sem as quais o feminismo acaba se tornando rígido e pobre.

Primeira grande descoberta da mulher: sua igualdade com o homem

A consciência da dignidade da mulher nasce, inicialmente, da descoberta de que, além de “herdeira da graça” na companhia do homem (1Pd 3,7), ela também é *imago Dei*, sendo, portanto, também ela, e não só o homem, portadora de razão e liberdade, ou seja, sujeito de pensamento e decisão.

É, pois, sobre essa base comum com o homem, isto é, a de ser plenamente pessoa humana, que a mulher se afirma, inclusive em sua diferença. Contudo, mulher e homem não aparecem aqui naturalmente como duas espécies diversas (mulher e homem pertencem ambos à “espécie humana”), mas como dois modos de “ser gente”, duas articulações do ser humano fundamental.

É, pois, absurdo contrapor homem e mulher como se fossem duas categorias opostas, o que legitimaria o princípio da “luta dos sexos”. Se essa luta existe, é apenas como fato anômalo, do que “não deve ser”. É, portanto, um equívoco desastroso estabelecer a “diferença” entre os sexos na forma de oposição recíproca e de supremacia de um sobre outro.

Oposição inicial do homem ao movimento de afirmação da mulher

A história mostra que as mulheres que reclamaram seus direitos encontraram inicialmente a reação contrária dos homens. Isso levou as mulheres a retrucar aquela reação com vigor particular, ou seja, com certa violência. Tanto a reação negativa dos homens como a réplica agressiva das mulheres são fenômenos históricos compreensíveis, embora nem sempre eticamente justificáveis.

De fato, todos os grandes processos históricos, em sua fase inicial, suscitam oposição, obrigando seus protagonistas a levantarem a voz para se fazerem ouvir. Mas essa fase, em verdade adolescencial, passa. Protraí-la além dos limites não é normal. Um feminismo que ainda ostenta um caráter agressivo demonstra apenas sua imaturidade, que se pode, aliás, compreender (não aprovar) como contraponto a sobrevivências teimosas do machismo.

Bases filosóficas do feminismo convencional: Simone de Beauvoir

O feminismo atualmente dominante encontra na francesa S. de Beauvoir (1986) sua filósofa maior. Para esta, sexo é cultura e não natureza, segundo seu célebre dito: “Mulher não se nasce; se faz”. Daí se originou a ideia de “gênero” como um constructo histórico e social, destituído praticamente de toda base natural e ontológica.

Como se pode ver, aqui o culturalismo é radical. Este é, de resto, uma forma de historicismo e, portanto, de relativismo. As consequências práticas disso é que a emancipação da mulher depende de uma revolução cultural, de uma luta de ideias. É, em suma, uma questão de *Kulturkampf*, visando a “desconstruir” o patriarcalismo para “construir” o autêntico (?) feminismo.

Eis, pois, no que dá centrar a discussão em foco na ideia de “gênero”. A extrema plasticidade que esse conceito confere à sexualidade desafia as mais mezinhas evidências do bom senso, quando não da anatomia. Uma mãe, a quem se perguntava se seu bebê era menino ou menina, respondeu de modo “politicamente correto”: “Não sei; ele vai escolher quando grande” (sic). É o caso de lembrar a lição de Aristóteles nos *Tópicos* (I, 105 a) a respeito de quem duvida de que a neve é branca: com gente assim – ensina o filósofo – não adianta discutir; o que precisa é abrir-lhe os olhos.

Em verdade, a grande pergunta que importa levantar aqui é: a partir de quê lutar pela mulher se não se reconhece um conteúdo objetivo do que seja “a mulher”? Mesmo o imperativo ético de se opor à violência e à discriminação contra a mulher, embora autoevidente, torna-se precário se não se funda sobre sólidas e argumentadas convicções filosóficas e religiosas.

De mais a mais, convém tomar consciência de que a crise atual da identidade sexual em geral é tão-somente parte de uma crise maior: a da cultura tardo-moderna. Esta, por levar a “metafísica da subjetividade” ao extremo, acabou trocando a verdade pelo capricho, ou seja, a realidade pela fantasia, abrindo as portas para o niilismo. Nela escasseia o exame sereno do *humanum* e sobre “vontade de potência”, gerando uma gigantesca confusão mental, de que a “teoria do gênero” é apenas um reflexo.

Edith Stein: o outro feminismo

Já para a filósofa alemã Edith Stein (1942/1999), a mulher é, sim, conformada pela cultura, mas a partir e na base de uma estrutura ontológica de fundo. Todo ser humano, mulher ou homem que seja, é uma unidade tripartite, composta de corporeidade, psiquicidade e espírito.

Quanto à feminilidade em particular, Edith Stein a vê articulada em três níveis de concretização crescente:

- nível **geral**: a mulher é, na base de tudo, uma pessoa, um “ser humano”. Esse é o nível ontológico comum tanto à mulher quanto ao homem;

- nível **particular**: a mulher é um ser humano ao feminino, ou seja, é “mulher como tal”. Aqui a mulher é portadora de características próprias dela, distintas das do homem;
- nível **singular**: a mulher é “esta” mulher única, e não outra. Nesse nível, cada mulher vive a seu modo personalíssimo o seu “ser pessoa” e também o seu “ser mulher”.

Esse modo de estruturação vale também, naturalmente a seu modo, em relação ao homem, como fica claro com o ponto que exporemos a seguir.

Refletir juntos o feminino e o masculino

Segundo Angela Ales Bello (2009), conjugar sempre feminino e masculino é a “novidade absoluta” do pensamento “feminista” de Edith Stein. Para esta, só se entende bem o feminino quando confrontado com o masculino e vice-versa. A compreensão do masculino não pode ser dada por descontada, como se apenas o feminino fosse problemático. Não: ambos precisam de clarificação e esta se dá no confronto entre ambos.

Então, a “questão da mulher” se transforma, mais precisamente, em “questão da relação mulher/homem”. Feminino e masculino são respectivamente especificações do ser humano básico. Este se declina em dois modos distintos: o modo de ser mulher e o modo de ser homem. Esses dois modos constituem estruturas ideais que se mantêm constantes sob as variações sociais e individuais.

Edith Stein enfatizou o fato de que as concretizações singulares do masculino e do feminino podem variar enormemente de pessoa a pessoa. Esse dado permitiria reconhecer a parte legítima da atual “teoria do gênero” e de suas reivindicações por distintos modos de viver a sexualidade, com a ressalva, porém, de não comprometerem a estrutura dual básica da própria sexualidade. As implicações éticas, jurídicas e educativas desta delicada questão estão à vista de todos, de modo que, para equacioná-la, não bastam manifestações públicas e propaganda acadêmica, mas impõe-se um discernimento sério e bem fundamentado tanto filosófica quanto teologicamente.

Características próprias da mulher como tal

As feministas inspiradas em S. de Beauvoir são avessas à ideia de “natureza” e “essência” do feminino, preferindo, por isso, a ideia de “gênero”. Para elas, como vimos, a mulher é substancialmente “produção cultural”: é aquilo que uma sociedade histórica faz dela. Já para Edith Stein, a mulher é portadora de características próprias, ainda que não exclusivas. Como exige a “antropologia dual”, tais características se colhem a partir do confronto positivo entre o masculino e o feminino.

Efetivamente, diante do homem, a mulher aparece, segundo Edith Stein, com as seguintes características fundamentais:

- ela é mais orientada para a pessoa (para o tu), para o cuidado da vida, enquanto ele é mais orientado para a ação (para o isso), para o trabalho, para a produção;
- ela tende mais para a totalidade dinâmica, na qual as diferenças se conjugam, até nos seus detalhes, enquanto ele é mais voltado para a parte, para a especialização e, por isso também, para a divisão.

Poder-se-iam acrescentar outros traços típicos da mulher, sempre em relação polar com os do homem. Assim:

- ela é mais “cálice”: abertura, acolhida, enquanto ele é mais “espada”: luta, conquista (R. Eisler, Edith Stein);
- ela tem um pensamento mais sensorial, intuitivo, concreto, enquanto ele usa um pensamento mais abstrato, lógico, geral (J. Kristeva);
- ela age mais por afeto, compaixão, enquanto ele segue mais o dever, a lei (Alain, Freud).

Essa dupla caracterização não entende mostrar traços exclusivos de um ou de outro sexo, mas apenas acentos, daí o termo “mais”, aposto à respectiva qualificação. De fato, cada pessoa humana traz dentro dela ambos os traços, os quais correspondem, na psicologia junguiana, à *anima* e ao *animus* respectivamente. Na prática das diversas culturas, assim como na existência de cada indivíduo, esses traços são vividos de forma extremamente

diferenciada podendo até se inverter. É assim que se encontram mulheres frias e cerebrinas, assim como homens sensíveis e ternos.

Ser pessoa humana: base em que se articulam as diferenças mulher/homem

O que mais importa não é tanto saber quais são as características da mulher e do homem respectivamente, quanto saber como se declinam na dinâmica da vida. Com efeito, trata-se aí de traços polares, que são complementares entre si e que, por isso, devem se intercambiar no cotidiano. É assim que a dualidade antropológica como dado estrutural se desdobra normalmente em tarefa: a de manter sintonizadas as relações sempre cambiantes entre mulher e homem.

Sem embargo, o fundamento comum sobre o qual se articulam adequadamente as respectivas características é o ser gente, o ser pessoa humana. É isso que está na base dos dois respectivos modos de ser. De fato, todos aqueles traços são traços “humanos”, só que vividos mais intensamente e de modo singular por um ou por outro sexo, e isso em benefício de ambos.

Vimos que a primeira descoberta do movimento feminista foi precisamente a da igualdade da mulher com o homem no plano do “humano”. A segunda descoberta, essa mais recente, foi a da diferença. A diferença, porém, só se articula bem sobre a base da igualdade fundamental. A “antropologia dual” parece assim como a concretização da “antropologia unitária” mais originária.

Dois feminismos fundamentais

Depois do que vimos, podemos traçar sinteticamente o quadro em que se dá hoje o movimento feminista. Este é disputado por duas correntes principais: o feminismo autonomista, que tem em Simone de Beauvoir seu ponto de referência; e o feminismo relacional, cujo ícone é Edith Stein.

- 1) O feminismo **autonomista** se entende como independente e diverso da questão do masculino, quando não superior e até contraposto a ele. Não raro toma formas de afirmação passionais e provocativas. Além disso, esse feminismo mostra-se rompido com as raízes bíblicas do feminismo inicial, tendo-se tornado, assim, laicista e mesmo ateu. É preciso, contudo, reconhecer que a radicalização desse feminismo se deve também à falta de compreensão (não de bênção) da Igreja em relação à problemática que ele levantava.
- 2) Já o feminismo **relacional** mostra-se aberto às questões do masculino, assim como da transcendência. Põe-se em continuidade com a grande tradição cristã, assim como da clássica. À diferença do primeiro feminismo, que quer uma “filosofia das mulheres”, criada *ab immis*, o feminismo relacional busca uma “filosofia ao feminino”, que dê sua contribuição própria às grandes questões humanas, tratadas agora “com olhos de mulher”.

Há que reconhecer que o feminismo autonomista é a corrente hoje dominante e mesmo convencional. É protagonizada por uma minoria aguerrida, sem, contudo, recolher a simpatia da maioria da sociedade, inclusive entre as mulheres. Mesmo nos EUA, como mostrou uma pesquisa, é muito pequeno o número das mulheres que se identificam como “feministas”. Entre nós serão menos ainda. (Quando perguntei à D. Cleide, cozinheira da comunidade, se ela era feminista, respondeu: “Não; eu sou é mulher!”). Já a segunda corrente, embora tenha uma menor expressão pública, conta com uma identificação moral maior de parte das mulheres, assim como com a simpatia dos homens em geral, o que é natural.

A “questão da mulher” em Teologia

Vindo, finalmente, ao âmbito teológico, digamos que a “antropologia dual”, base da sexualidade relacional, encontra na Sagrada Escritura um claro e sólido fundamento teológico. O texto capital da antropologia bíblica está em Gn 1,27, onde se lê: “Deus criou o ser humano à sua imagem; à imagem de Deus o criou; masculino e feminino os criou”.

Aí são anunciadas duas verdades essenciais: a igualdade básica do homem e da mulher, ambos *imago Dei*; e a diferença entre ambos, como dois modos distintos de ser *imago Dei*, modos finalizados à comunhão de amor e à comunicação da vida. Essa percepção, que se encontra, talvez por primeiro, em Edith Stein, entrou em seguida na Carta apostólica de João Paulo II *Mulieris Dignitatem* (1988).

Ademais, é impossível enfrentar teologicamente a problemática feminina sem dar um lugar – e lugar central – à figura da “mulher” por excelência: Maria. Mas, como a questão da mulher não se resolve senão acompanhada da questão do homem, também a mulher Maria só aparece em toda a sua estatura ideal em confronto com o homem Jesus. Ora, nesse ponto, a teologia “feminista” precisa avançar mais. Pois, se ela desenvolveu a relação libertária de Jesus com as mulheres e desvelou também seu “lado feminino”, não precisaria fazer o mesmo a respeito de sua Mãe, ou seja: explicitar sua relação original com os homens (José, Jesus, os discípulos) e pôr à luz seu “lado masculino”?

Olhando para o cenário concreto, vemos que o pensamento católico “feminista” e sua prática correspondente não são hoje unívocos. Há uma tendência que se aproxima do feminismo laico em termos de pensamento e lutas. Essa tendência mostra-se um tanto rígida e, às vezes, carregada de “ressentimento” contra o homem e até contra a Igreja. Mas existe outra tendência: a que entende manter-se fiel às fontes bíblicas e ao ensino do Magistério, e que se caracteriza pela busca contínua da conjugação mulher/homem.

Enfim, quando se sabe, pela fé bíblica, que a distorção da relação mulher/homem tem suas raízes no pecado original (“ele te dominará”: Gn 3,17), surge então a consciência que a relação mulher/homem não se reduz a um dado antropológico e a uma tarefa ética, mas reclama, para sua plena realização, a graça da redenção. Pois só a redenção de Cristo, que reconciliou todas as coisas com Deus e entre si, pode produzir a necessária “harmonia” entre os dois sexos. Assim, e só assim, mulher e homem aparecerão como uma melodia, cantada “a duas vozes”, “para a glória de Deus, confusão do Demônio e felicidade do ser humano” (Lg 17). Amém.

Referências

ALES BELLO, A. **Sul femminile**: scritti di antropologia e religione - a cura di Michele D'Ambra. Troina: Città Aperta, 2004.

ALES BELLO, A. Differenza sessuale e domanda antropológica. In: RICHI, A. **Al cuore dell'umano. La domanda antropológica 1**. Roma: Marcianum Press, 2007. p. 45-73.

ALES BELLO, A. **Edith Stein o dell'armonia**. Esistenza, Pensiero, Fede. Roma: Edizioni Studium-Roma, 2009.

ALES BELLO, A.; PEZZELLA, A. M. **Il femminile tra oriente e ocidente**: religione literatura cultura storia. Roma: Città Nuova, 2005.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PERROT, M. (Org.). **História das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991.

STEIN, E. **A mulher**: sua missão segundo a natureza e a graça. Tradução de Alfred J. Keller. Bauru: EDUSC, 1999.

Recebido: 11/10/2011

Received: 10/11/2011

Aprovado: 14/12/2011

Approved: 12/14/2011